



## O equilíbrio instável

Hoje em dia, os movimentos reacçãoários no nosso País assumem duas formas: ou é a reacção de direita, incarnada por grupos organizados e institucionalizados com tendências marcadamente anti-democráticas, e também por acções individuais, mas não menos perigosas, por parte de pessoas saudosistas (religiosas ou leigas) mormente nas regiões do interior, ou a reacção de extrema-esquerda, melhor, de alguns grupos de extrema-esquerda, apostados em ultrapassar a marcha do processo democrático e tomar, hoje, atitudes que só mais tarde se poderão justificar.

Apesar de alguns passos decisivos no sentido da consolidação da Democracia que já foram, efectivamente, dados, a estrutura política em que nos encontramos é ainda sustentada por frágeis fios que facilmente se poderão romper, com as trágicas consequências que, sem custo, se podem adivinhar: um banho de sangue que tornaria Portugal num novo Chile, e o ruir pela base de esperanças e anseios de milhares de Portugueses que, arduamente, sacrificadamente, durante anos lutaram pelo derrube do fascismo e pela melhoria de vida de milhões de compatriotas seus.

Actualmente, a opção fundamental do Povo Português é ou apoiar o Governo Provisório, com as suas virtudes e defeitos, ou voltar ao opressivo regime fascista; a Democracia Portuguesa não está ainda suficientemente forte que se possa dar ao luxo de ter, no seu seio, indivíduos que já ultrapassaram a fase primeira da opção (sem nunca a terem posto) e que, de imediato, põem a segunda hipótese: ou o Governo que temos (a que eles chamam «burgues») ou um Governo Popular. Trata-se, quanto a nós, da evidente demonstração de uma falta de noção das realidades, de um teorismo doentio e perfeitamente divorciado do aspecto prático. Será, em última análise, o emergir de frustrações pequeno-burguesas que se traduzem numa impaciência ôca e sem viabilidade prática. É fácil concluir que aqueles que hoje acusam as Forças Armadas de serem uma «nova

Pide», raras vezes ou nunca sofreram as perseguições e o tratamento da «antiga Pide»! Ou, por outras palavras, parte dos pseudo-revolucionários de hoje estiveram, durante o fascismo, comodamente calados, tranquilamente quietos.

O estar com os pés bem assentes no chão, o ter a noção do que hoje deve ser modo de acção, o saber em que campo nos movemos, é condição essencial para o proficuo evoluir do processo. A realidade é que a Democracia Portuguesa está num equilíbrio instável e, quer queiramos quer não, quem carrega no prato antidemocrático da balança está, conscientemente ou não, a fazer o jogo da reacção.

Quanto à reacção de direita, muito se tem já dito sobre ela. Porém, há alguns pontos que gostaríamos de focar:

Parece-nos, mais, é certo que não podemos dar liberdade a quem no-la negou durante meio século. Atentemos no exemplo chileno; quando da sua presença entre nós, Alejandro Rojas, hoje exilado chileno, apontou como uma das causas do ruir do socialismo no seu País, a demasiada contemporização tida para com certos elementos afectos ao regime anterior a Salvador Allende. Assim sendo, vemos por cá que determinados grandes senhores do tempo antigo se movimentam, à vontade, exercendo a sua acção reacçãoária em muitos campos da vida nacional. Ora, é evidente que há que tomar medidas enérgicas no sentido do isolamento de tais elementos, que mais não são do que travões (para já) do andamento do processo democrático.

Quanto a certos sectores do clero, cabe às autoridades eclesásticas tomar, duma vez por todas, uma atitude firme e clara, pondo de parte as meias-palavras, de sentido demasiadamente ambíguo.

A verdadeira Democracia constrói-se com certezas e atitudes transparentes e não com dúvidas e actos sombrios. Vamos agir, assim, ou continuamos a brincar, perigosamente, com o equilíbrio instável em que, politicamente, vivemos?

N. B.

## As manobras da OTAN

A realização das manobras da OTAN ao longo da passada semana no nosso País vem mais uma vez pôr em destaque um problema ao qual o Povo Português deve dar uma solução, logo que as condições para tal a tornem propícia. No processo revolucionário que atravessámos, no qual a nota predominante é a luta contra os monopólios e contra o capitalismo, achamos que o País deve definir uma posição face à sua participação (ou não participação) numa organização belicista, actuante em defesa das «liberdades do mundo ocidental», isto é, em defesa dos regimes capitalistas da Europa Ocidental e Estados Unidos da América.

Efectivamente, nós, Portugueses, de-

vemos considerar muito seriamente a existência de bases militares estrangeiras no nosso País, o que poderá constituir um grave perigo para o futuro da nossa jovem democracia, além de serem já uma verdadeira afronta à nossa própria independência nacional.

O regime fascista, além de ter vendido o nosso País em lotes aos monopólios americanos, ingleses, alemães, etc., a tal ponto que hoje as riquezas naturais portuguesas, (minas, etc.) estão a ser exploradas em proveito destes países, criou reais potencialidades para uma perda da independência política em troca de auxílio financeiro para manter a guerra colonial. Os Estados Unidos, reis e senhores da OTAN, sempre viram Portugal como um reles peão no xadrez da sua política imperialista e intervencionista. A nossa participação com um efectivo de 50000 homens e uma Marinha de Guerra cuja tonelagem não excede as 70000 tons. não nos permite passar do simples estúdio de lacaios do imperialismo norte-americano. Os interesses da OTAN ficaram bem patentes no apoio financeiro e em armamento que forneceu ao governo salazarista para este continuar a sua agressão colonialista em Africa. Efectivamente, a impossibilidade duma intervenção militar directa obrigou os países capitalistas a servirem-se da política do regime fascista com a finalidade de poderem instalar os seus monopólios em Angola, Guiné e Moçambique, possibilitando-lhes assim a

(Continua na página 2)

## DOIS APELOS

A comunicação feita ao País, na passada segunda-feira, em que o General Costa Gomes, Presidente da República, fez um balanço da actividade do Governo Provisório (balanço esse «fatalmente genérico», mas suficiente para demonstrar às mentalidades reacçãoárias ou estioladas que muito e bom já foi feito nestes poucos meses de liberdade democrática) teve como remate dois apelos: o primeiro, dirigido aos Partidos Políticos representativos, que o General Costa Gomes incentivou a desenvolverem a sua actividade esclarecedora e a fortalecerem a sua unidade. O segundo, mediante o qual o Povo foi incitado a exercer livremente o seu direito de voto.

Dois apelos. Ambos significativos. O primeiro, URGENTE, porque não é com as actuais manobras e afirmações divisionistas, talvez inseridas numa campanha de angariação de votos, que a Democracia Portuguesa poderá singrar. O segundo, NECESSÁRIO porque o Povo, enfim libertado, não se poderá vincular a Partidos que não defendam os seus reais interesses; antes, deverá fazer uma opção justa, isenta de coacções, mentais, físicas ou (sobretudo) financeiras, contribuindo assim, individualmente, para a satisfação de interesses comuns.

Dois apelos — UNAMO-NOS E VOTEMOS!

N. B.

## FIM DE SEMANA • 90

1.

Quando se fala em democracia, tem-se normalmente presente apenas o antigo conceito de democracia política, oriundo de Atenas e, após séculos de ocaso renascido com a Revolução Francesa.

A democracia puramente política coloca no povo o poder político, a ele cabendo o poder de escolher os seus dirigentes.

Nada tem a ver esse conceito com o poder económico; por isso mesmo podemos ver como exemplos de democracia regimes marcadamente capitalistas, como os Estados Unidos, a Inglaterra, Países Escandinavos, Alemanha Ocidental, França, Países Baixos, etc.

Ora o conceito moderno de democracia coloca no povo os dois poderes — político e económico. Não é apenas o Estado ao serviço do Povo; são o Estado e a riqueza nacional ao serviço do povo.

Esta é uma verdade que temos de ter presente neste momento antes de fazermos uma opção política.

2.

Pois, caros colegas, — disse ele logo de manhã, ao abrir do escritório, e mal que se tinham todos acomodado nos seus lugares — pois tenho aqui um abaixo assinado para colher assinaturas, e destinado a enviar aos altos poderes repudiando a unicidade sindical.

— Mas olha lá, oh menino, tu não estiveste na assembleia geral do nosso sindicato para discutires a adesão ou não adesão ao projecto da unicidade?

— Estive.

— E não votaste pela adesão à unicidade?

— Votei.

— Então como é, andas agora feito vira — casacas a colher assinaturas para o repúdio?

— Que queres, o partido deu-me ordem para colher estas assinaturas...

Por decoro não se diz qual é o partido.

3.

Este pequeno exemplo autêntico leva-me a interrogar-me sinceramente se o povo não está profundamente imaturo para enfrentar esclarecidamente a responsabilidade de uma eleição para as Constituintes.

Dificilmente acreditarei no resultado dessas eleições, seja qual for. Mesmo que seja no sentido de permitir a realização futura das posições que me parecerão correctas — nem assim acreditarei na verdade delas.

4.

A indeterminação é sempre nefasta. É como uma incerteza, um vácuo, sobre o qual nada se constrói.

E na vida política e económica a indeterminação é a antecâmara da morte, parafraseando Vitor Hugo.

Parece que o nosso país enferma de viver justamente na hora presente na indeterminação. E ela pode ser o fim de todas as esperanças de fuga ao passado.

Urge pôr termo a ela, seja para que rumo for. Que todos saibamos para onde se quer ir.

VASCO LUIS

HOSPITAL  
DE ESPINHO  
NA PÁGINA 4  
COMÍCIO DO P.S.  
NA PÁGINA 2

Mesa Redonda  
sobre Educação

COM REPRESENTANTES DOS P.C., P.S., P.P.D., M.E.S., M.D.P.

Hoje às 21.30 horas na Sede da A.A.E.





# O HOSPITAL DE ESPINHO

## Entrevista com António Alberto Alves, Chefe da Secretaria do Hospital

Dos inúmeros problemas que cabe à jovem democracia resolver terá a maior prioridade o da saúde pública. Não pretendendo aqui analisar o problema da Assistência a nível nacional, consideramos que um conhecimento das condições de funcionamento do Hospital de Espinho, como unidade de maior intervenção na saúde pública no âmbito regional, poderia funcionar como um subsídio importante para aquela análise.

É com esse objectivo que nos propomos a recolher depoimentos de pessoas ligadas ao nosso Hospital. Começamos hoje por apresentar o ponto de vista do sr. Alberto Alves, que nele, há vários anos, tem desempenhado o cargo de Chefe de Secretaria:

**A.A.** — O problema fundamental do Hospital reside no facto de, até agora não ter uma cobertura directa por parte do Estado, embora esteja tutelado a diversas instituições oficiais. Desde a sua criação, tem tido o carácter de instituição pré-oficial, o que levanta grandes problemas no que respeita à aplicação de toda a legislação que, por enquanto, se tem dirigido aos hospitais centrais, oficializados, e que estão directamente dependentes do Estado. Toda essa legislação que deveria, logicamente, ser também aplicada ao nosso caso, não o é, o que traz grandes confusões de índole burocrática. O Hospital pertence a uma Irmandade, digamos assim, as Misericórdias, e esta Irmandade é quem elege os representantes para a Mesa Administrativa, a quem cabe a orientação e administração do Hospital. Mas o funcionamento do Hospital transcende as disponibilidades, em tempo, dos elementos da Mesa, que ocupam os seus cargos a título de colaboração. O Hospital funciona 24 horas por dia e 365 dias por ano, aparecendo a todo o momento problemas de todo o tipo. Como se compreende, estamos constantemente perante solicitações quer dos doentes, quer

do próprio pessoal do Hospital, que por vezes se entrecrocam, sem que haja quaisquer leis definidas em absoluto, que seriam o instrumento adequado para resolver essas situações. Tudo isto causa perturbações e origina um certo número de carências, que de outro modo não surgiriam.

**D. E.** — Além dessas insuficiências intrínsecas à própria regulamentação do funcionamento do Hospital, não haverá carências no que se refere a material e verba disponíveis?

**A. A.** — Felizmente que temos tido desde há vários anos uma vida financeira equilibrada. Isso permite que, no que respeita a material, tenha havido dinheiro suficiente para a sua aquisição. Acontece porém que não nos é possível manter um corpo médico permanente. Apesar disso, toda a despesa referente aos pagamentos a médicos e demais pessoal tem de ser comparticipada e só assim é possível manter esse equilíbrio financeiro.

**D. E.** — Pode-se então concluir que não há médicos privativos do Hospital?

**A. A.** — É verdade, os médicos apenas prestam a sua colaboração e não são de modo nenhum empregados do Hospital.

**D. E.** — Parece, à primeira vista, que, para a cobertura de todo o serviço clínico deveria haver médicos permanentemente.

**A. A.** — Isso acontece, mas só no serviço de urgência. Ai temos médicos permanentemente. Simplesmente, para além desses primeiros socorros e se a gravidade do estado do doente o exigir, o seu internamento não fica necessariamente assegurado pela assistência de médicos especializados. É impossível que, na situação actual, estejam constantemente a dar o seu

apoio ao Hospital. Têm os seus empregos e a sua vida particular. É neste aspecto que o problema hospitalar fica a descoberto.

**D. E.** — O equilíbrio financeiro tem sido então feito à custa duma menor qualidade do serviço clínico?

**A. A.** — Sim, em certa medida. Claro que, para que tudo estivesse bem, deveria haver uma reestruturação de todo o sistema hospitalar. Como e quando poderá ser resolvido o problema? É muito difícil e demorado. Ainda não se assentou na maneira de o enfrentar, até porque o próprio Estado, só por si, não tem capacidade de momento para arcar com toda a responsabilidade financeira. A solução a curto prazo poderá estar na Previdência. As tabelas das verbas de assistência hospitalar estão muito mal concebidas e nunca foram actualizadas, não se atendendo sequer à subida do custo de vida. Talvez se possam minimizar as deficiências do Hospital, se a Caixa de Previdência passar a atribuir as suas verbas de maneira mais realista, levando em conta a quantidade de serviços prestados aos beneficiários.

**D. E.** — Considera que, apesar dessas insuficiências, o Hospital tem vindo a servir satisfatoriamente a população de Espinho?

**A. A.** — O Hospital se servisse só a população de Espinho, talvez o fizesse em melhores condições. Os concelhos limítrofes de Espinho são muito populosos e nessas zonas há poucas unidades hospitalares. Acorre assim muita dessa gente ao nosso Hospital e temos de a atender. Não digo que o façamos por completo, mas pelo menos no essencial. Isto provoca-nos um encargo suplementar que vai desviar da população de Espinho tanto possibilidades de capacidade como de verbas. Mas não pode ser de outra maneira.

**D. E.** — Devido portanto à grande centralização das unidades hospitalares, os hospitais de nível concelhio têm de solucionar problemas que lhes são transcendentais.

**A. A.** — Absolutamente. O Hospital de Espinho tem 100 camas que não são de modo nenhum suficientes para atender o número hipotético de população que delas poderá necessitar. É uma constante a lotação completa do nosso Hospital. Só a criação de maior número de unidades hospitalares nos outros concelhos será solução, quer para a população de Espinho, quer para a dos arredores.

**D. E.** — Além dos hospitais do Porto, quais são as unidades hospitalares mais próximas?

**A. A.** — Embora com pequenas diferenças no que respeita a funcionamento, contamos com os Hospitais de Oleiros e Ovar, que não chegam, no entanto, para fazer face a toda a população a que em princípio se destinariam.

**D. E.** — Como funciona a assistência médica aos doentes das enfermarias e dos quartos particulares?

**A. A.** — A assistência é a mesma, para ambos os casos, sendo os mesmos médicos a assistir. Acrescente-se que a Previdência comparticipa da mesma maneira a despesa feita quer nas enfermarias quer nos quartos particulares.

**D. E.** — Quais seriam as soluções concretas para resolver o problema da saúde no concelho de Espinho, a curto prazo?

**A. A.** — É difícil. A questão fundamental será a inserção de todos os hospitais no Serviço Nacional de Saúde. Outras seriam o alargamento do Hospital e a cobertura médica permanente, não só do serviço de urgência mas de todos os outros serviços. No entanto, para já, isto tem de passar por uma revisão da posição dos médicos. Acerca disso posso acrescentar que há uma má distribuição dos médicos que têm demasiados postos de trabalho. Seria

preferível, até para eles próprios, exercerem a sua profissão num só local, recebendo uma melhor remuneração.

**D. E.** — E quanto a enfermeiros e restante pessoal de apoio?

**A. A.** — Na parte de enfermagem estamos optimamente servidos. Temos um naipe de enfermeiros que considero excepcional. Isto acontece não porque os Cursos de Enfermagem sejam particularmente eficientes, mas sim porque a prática é a melhor escola.

**D. E.** — Tem sido apontadas deficiências ao Serviço de Urgência. Que nos pode dizer sobre isto?

**A. A.** — Claro que existem falhas especialmente no Serviço de Recepção, que não funciona com a prontidão necessária. Esquecem-se por vezes também os doentes que o pessoal e a capacidade do próprio Serviço são insuficientes. Não posso, no entanto, deixar de reconhecer que surgem, por vezes problemas que poderiam ser evitados.

**D. E.** — Quanto ao Serviço de Ambulâncias?

**A. A.** — O Hospital não possui um corpo de ambulâncias próprio, mas isso tem sido resolvido porque os Bombeiros, e isto é de realçar, têm sido inexecutáveis nesse aspecto. Qualquer das duas Corporações, ao menor apelo do Hospital, atende imediatamente sem saber sequer se o trabalho é ou não remunerado.

**D. E.** — Mais uma Organização de carácter caritativo a dar apoio ao Hospital, não é assim?

**A. A.** — Exactamente.

**D. E.** — A Irmandade que apoia o Hospital fá-lo em regime caritativo ou tem intuítos comerciais?

**A. A.** — A Misericórdia, não auferem proventos de espécie alguma, com excepção das quotas dos seus sócios que representam uma meia dúzia de contos anuais. Consegue equilibrar as finanças do Hospital com as receitas que o mesmo consegue obter da sua exploração comercial.

**D. E.** — Quanto à acessibilidade do Hospital às classes trabalhadoras?

**A. A.** — No que respeita às pessoas de Espinho todo o doente que chega ao Hospital é tratado, sem se averiguar antes se o mesmo pode ou não pagar a assistência prestada. Se o não puder fazer, pois vai-se embora, já tratado, sem pagar nada. Claro que há casos para os quais o Hospital não tem meios técnicos para a sua resolução pelo que o doente é enviado para um Hospital Central. Antes de terminar, gostaria ainda de focar o caso de espinhenses, que recorrendo ao serviço da Caixa, são enviados para outros Hospitais das redondezas para usufruírem de serviços que igualmente são prestados no Hospital de Espinho. Isto só é possível devido ao facto da Caixa de Previdência pôr, à frente do interesse dos pacientes, outros interesses de ordem material, tais como contratos com médicos ou mesmo instituições.

Dando por aqui concluído o depoimento do Sr. Alberto Alves, contamos no próximo número apresentar novos pontos de vista, da parte de um médico e de outro trabalhador do Hospital, que possam dar mais uma achega a este momentoso problema.

V. S. e F. N.

Fábrica  
de  
Artigos  
de  
Celuloide e  
Plásticos

LUSO-CELULOIDE

de

HENRIQUES & IRMÃO, L.<sup>DA</sup>

APARTADO 22

TELEFONE 922193

ESPINHO

Dr. Ferreira de Campos

Advogado

Telefone 920805 Rua 11-877

ESPINHO

TÉCNICO DE CONTAS

(Chefe de Contabilidade)

Devidamente identificado com todas as leis Fiscais e de Trabalho  
Inscrito na D. G. C. I.

ACEITA SITUAÇÃO COMPATÍVEL  
Resposta ao n.º 73

## FALANDO DE TEATRO UM GRUPO DE TEATRO EM ESPINHO

«É importante empregar as forças culturais numa tentativa de despertar para as realidades um povo adormecido numa total ignorância daquilo que o rodeia.»

Assim dizíamos nós em certa altura do artigo da semana passada, quando pretendíamos levantar determinadas questões sobre teatro, reforçando a importante relação Teatro — Sociedade, ou melhor, Arte — Sociedade.

E hoje, quando o nosso fim é falar de um grupo amador de Espinho, voltamos a referenciar tal necessidade, já que se resume aí o objectivo fundamental do grupo de teatro da Secção Cultural da AAE, isto é, participar activamente na dinamização cultural do País.

Partindo do princípio de que o Teatro é uma forma de expressão cultural em que se pode estabelecer um contacto vivo entre a cultura e o público, já que as pessoas assistem a algo que está a ser realizado no presente, sem artificios, sem trucagens, expressando-se uma linguagem viva e contagiante, a Secção Cultural da AAE achou da maior importância a criação de um grupo de Teatro, que fosse Popular, isto é, que fosse de encontro às aspirações e necessidades da maioria das pessoas, através de uma linguagem a mais simples e profunda possível.

Surge assim o grupo «TEATRO POPULAR DE ESPINHO» após um período (iniciado antes do 25 de Abril) de discussão e preparação que permitisse uma bagagem de conhecimentos fundamentais para a realização de um trabalho sério e consciente. Subdividindo-se em dois, a fim de aproveitar ao máximo todos os elementos, aparecem em Dezembro, na época do Natal, duas pequenas peças infantis, «O POÇO E O QUEIJO» e «O RAPAZ, O VELHO E O BURRO», participando, a convite do M. D. M. (Movimento Democrático das Mulheres) e dos trabalhadores da Secção de Espinho do «Banco Espírito Santo», em tardes infantis. Este trabalho, percorrendo agora as escolas primárias do concelho de Espinho e freguesias limítrofes, pretende através de uma linguagem viva e colorida despertar nas crianças as facultades de criação, de solidariedade, levando-as para isso a fazer a peça, a encarnarem o personagem que mais as impressionou, etc.

Esteve então até agora o Teatro In-

fantil a cargo deste subgrupo, que conseguiu um trabalho motivador, activo, através de uma encenação simples, em que os actores, usando sugestivas máscaras, criam através da sua interpretação, corporal e vocal, um ambiente singelo, mas ao mesmo tempo realista, facilmente apreendido pelo público infantil.

O outro subgrupo pôs em cena um espectáculo popular, burlesco, adaptação de dois entremeses do Século XVIII, de Daniel Rodrigues da Costa, ao qual deu o título genérico de «As Boas Famílias».

Esta peça é constituída por dois quadros, «A ARTE DE TOUREAR» e «OS LIVROS DA MISERICÓRDIA», em que se pretende reviver o Teatro de Cordel do Século XVIII, representado por companhias ambulantes nos pátios dos bairros populares, em que o povo ridicularizava a burguesia (vida e costumes) através de um cómico hilariante e ao mesmo tempo corrosivo.

Tendo por base estes trechos, o grupo adaptou, a fim de lhes dar mais actualidade, comparando a burguesia oitocentista à burguesia actual, o grande marialva ao latifundiário implicado na intentona fascista do 28 de Setembro, o burguês palaciano ao grande comerciante apenas interessado na obtenção de lucros, o criado ao explorado em geral, as damas de salão às senhoras de casaco de peles, a cultura barroca à cultura «despida e balofa» da classe dominante da sociedade capitalista do Século XX, a exploração do Século XVIII à exploração do nosso tempo.

Muito mais se poderia dizer sobre este espectáculo, sobre o grupo em si, sobre os seus objectivos, mas parece-nos que estas ideias genéricas poderão dar ao público interessado uma imagem de um grupo que, dentro das limitações inerentes à sua própria capacidade, pretende fazer Teatro, um Teatro que corresponda às necessidades do povo português, um Teatro que seja convívio entre actores e público, um Teatro rumo ao povo, isto é um Teatro verdadeiramente Popular.

E o público interessado terá a oportunidade de assistir a este espectáculo do «TEATRO POPULAR DE ESPINHO», no dia 19, no Cine-Teatro S. Pedro, podendo discutir sobre Teatro com os elementos do grupo, no dia 20, na sede da AAE!

M. G.



— QUE FAIO DE CAMINHO! NUNCA MAIS CHEGO COM ISTO AO SEU DESTINO!

## Fomos à Feira do Livro

Continua em funcionamento a Feira do Livro organizada pela Secção Cultural da Académica. No intuito de avaliar a real importância desta realização para o público espinhense, D. E. dirigiu-se ao local, recolhendo impressões e opiniões de várias pessoas.

Foram as seguintes perguntas que pusemos aos nossos entrevistados:

- 1 — Que razões o levaram a vir aqui?
- 2 — Acha útil esta iniciativa?
- 3 — Tem adquirido muitos livros?
- 4 — Costuma habitualmente gastar dinheiro em livros?
- 5 — Nota a falta de livros sobre temas importantes nesta feira?
- 6 — Tem acompanhado os colóquios ou qualquer outra actividade da Secção Cultural?

Eis algumas das respostas obtidas:

- 1 — Gosto imenso de ler e agrade-me aproveitar esta oportunidade para comprar livros mais baratos.
- 2 — Sim, mas parece-me que seria importante fazer dela um primeiro passo para a criação duma Cooperativa Livreira em Espinho.
- 3 — Sim já cá vim várias vezes e em todas elas comprei livros.
- 4 — De facto. Aí uma média de 700\$00 a 800\$00 por mês.
- 5 — Parece-me que podiam ter cá mais livros de bolso. Além desses mais livros de Aquilino e outros autores portugueses. Ainda livros sobre sindicalismo.
- 6 — Não, por falta de tempo. Gostaria ainda de dizer que esta iniciativa me parece altamente positiva, já que o livro é um grande meio de

informação política. Também me parece que a feira não deve servir só para vender livros mais baratos, mas ser também uma oportunidade para outras realizações culturais.

Empregado de escritório, 31 anos.

★

- 1 — É que me interessa muito por literatura.
- 2 — Acho que sim, que é de continuar, ampliando, se possível.
- 3 — Bom, para já só comprei 3, ando a ver.
- 4 — Costumo e por isso mesmo é que vim aqui, até porque os livros são mais baratos.
- 5 — Como me interessa por literatura infantil e educação, agrade-me encontrar aqui livros sobre esses temas. Parece-me que é mesmo pela literatura infantil que é preciso começar.
- 6 — Sim. Por exemplo, ainda ontem fui ao Colóquio sobre Literatura Infantil, com Ilse Losa. Parece-me que de facto estão a fazer um bom trabalho.

Como vemos, através das respostas transcritas, as pessoas demonstraram um grande interesse pela realização. Ainda bem, pois tem de facto grande importância a promoção do livro, se o encararmos como veículo de cultura popular. Como todos nós sabemos, a literatura progressista em Portugal foi sempre objecto de grande repressão por parte do regime fascista, pois não ignorava o perigo que constituía para a ditadura a aculturação do Povo Português através da leitura. É de assinalar a ideia de um dos inquiridos, quando se pronuncia pela criação de uma cooperativa livreira, a qual permitiria tornar acessível a compra de bons livros por amplas camadas da população. Que as pessoas compreendam e apoiem o válido trabalho da Secção Cultural.

## Política — hoje

### PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

#### Sessões de Esclarecimento:

A Comissão Concelhia de Espinho do PCP continua a realizar inúmeras Sessões de Esclarecimento para os vários sectores da população do nosso Concelho. Assim, ontem, na Escola Primária de Gueitim, mais uma teve lugar, desta vez dirigida ao Pessoal da Eurospuma.

Hoje, às 21,30 horas, na Associação de Anta, o povo desta freguesia poderá entrar em contacto com o Programa do PCP e esclarecer quaisquer dúvidas que porventura tenha.

Para a próxima semana, está prevista a realização das seguintes Sessões de Esclarecimento:

Dia 17, 2.ª-Feira, às 17,30 horas, no seu Centro de Trabalho (Rua 8 n.º 333), para Tipógrafos.

Dia 19, 4.ª-Feira, às 21,30 horas, no mesmo local, uma Sessão para Professores, e outra para Pessoal da Indústria Hoteleira.

Dia 20, 5.ª-Feira, às 21,30 horas, e também no seu Centro de Trabalho, para Empregados de Escritório e Caixeiros.

#### Informações:

No passado Sábado, dia 8, iniciou-se no Centro de Trabalho do PCP, um Curso de Formação Teórica para militantes, que conta com elevado número de inscritos.

Na primeira sessão, sobre «O que é o Marxismo?» foram versados vários assuntos relacionados com o tema. O Curso foi desdobrado em dois grupos, funcionando um às quintas-feiras, às 21,30 horas e outro aos Sábados, às 15,30 horas.

### PARTIDO SOCIALISTA

Além das Sessões de Esclarecimento já anunciadas, realizaram-se esta semana mais três, respectivamente em Ovar (com o Pessoal da RABOR), em Fornos, e em Afurada.

Para a próxima semana estão previstas as seguintes Sessões:

Dia 21, 6.ª-Feira, às 21,30 horas, em Silvalde. Também neste mesmo dia, às 21,30, na Sede de Espinho, Sessão de Esclarecimento sobre Ensino, com a participação de Romero de Magalhães.

Dia 22, Sábado, às 21,30 horas, Sessão de Esclarecimento em Anta.

### DR.ª EMILIA PEDROSA SANTIAGO

#### Doenças de Senhoras

Largo da Graciosa, 41-1.º

Telef. 921891

ESPINHO

Consultas — Dias úteis das 16 às 19 horas

### José Luís F. Barbosa

#### MÉDICO ESPECIALISTA

Doenças dos ossos e Articulações

Consultas todas as 3.ªs-feiras a partir das 14 horas, na Policlínica do Dr. Miranda Valente — Rua 31 n.º 321 — Espinho — Telefone 920689, p. f. marcar consulta.

### Dr. José Manuel Gomes de Almeida

Clínica Médica e Cirúrgica

Rua 19, 364-1.º — ESPINHO

Consultas marcadas pelo tel. 921218

**CASA LUCIANA** *Boutique*

Rua 19 n.º 318 — ESPINHO

Representante em ESPINHO dos Brinquedos «SÓBRINCA»  
e dos artigos de viagem «TAURO»Carteiras de Senhora, Sacos de Praia e Viagem,  
Calçado, Artigos de Fantasia — NOVIDADES!SNACK **S. PEDRO**  
BARRESIDENCIAL **PORTO**Aberto toda a noite com cozi-  
nha permanente

1.ª Classe

Telefones 920294 - 920391 - Ângulos das Ruas 8 e 25

**ESPINHO****MARMORES E GRANITOS**

MÁRMORES PARA TODAS AS APLICAÇÕES

**VITORINO LOPES DA CRUZ**TELEF. 920565 — M.te Lúrio — **ESPINHO**

Novas Instalações da Oficina de Mármore — Rua 7 N.º 561

**TELE-ROCHA**

Rua 31 n.º 469

Telef. 920325-977

Importador Electrodomésticos EDESA

BOSCH — KREFFT — ARISTON

RÁDIO E T.V.: BLAUPUNKT — LOEWE-OPTA

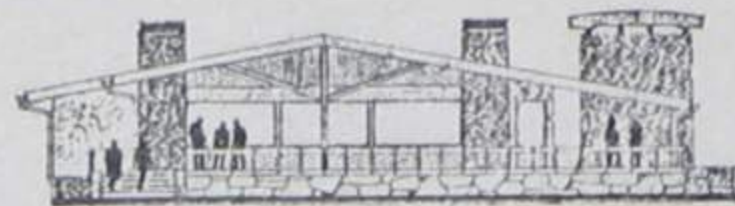
INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS

CANALIZAÇÕES

CARTUCHOS COM MÚSICA 80\$00

CASSETES COM MÚSICA 60\$00

TÉCNICOS ELECTRONICA E ELECTRODOMÉSTICOS

**MÓVEIS • ALCATIFAS****PESSOAL PERMANENTE PARA ASSISTENCIA****Restaurante**  
**Snack — Discoteca****CABANA****TEL.**9 9  
2 2  
1 1  
3 9  
2 6  
2 6SALÃO DE FESTAS E SERVIÇO espe-  
cial para Baptizados, Casamentos e  
Confraternizações.**Na Discoteca**Aos domingos — **Matinée**Encerrado à terça-feira para descanso  
do pessoal**Alcatifas, carpetes, tapetes nacionais  
e estrangeiros****Tapetes para automóveis**

AQUILES PINTO LOUREIRO

Rua 22 n.º 1190-1192 — Telef.: Fab. 922171 — Resid. 921556  
**ESPINHO****PINTURARTE**Tecnicamente especializado em todo o  
género de Pintura Artística, Móveis de  
Adorno e todo o género de objectos  
de decoração.**Armando Alves Ribeiro**

Desenhador — Pintor de Arte

Rua 18, n.º 943

**ESPINHO**

Telefone, 921412

**GENTIL GOMES DA COSTA****PROPRIEDADES  
COMPRA · VENDA**Rua Fernandes Tomás, 664  
Telefs. 380834 · 311991 · 381032**PORTO**

MEDIADOR AUTORIZADO

**C O R F I****Duas Organizações  
o mesmo Prestígio!****C O T E S I**



## Cinema



### UM FILME PORTUGUÊS

«O tema, as motivações que o envolvem e a sua exploração internacional levantam graves problemas de ordem sociopolítica que nos levam à reprovação do filme.» — «Filme iconoclasta, dissolvente e derrotista, quer nos planos político e social quer nos planos moral e religioso, cuja aprovação, por isso, não julgamos possível.»

Com estas palavras acharam por bem os censores cortar integralmente mais um filme português. Se as razões não fossem outras poderia-se pensar que era tanta a produção cinematográfica portuguesa que havia necessidade de fazer uma selecção, para assim vermos as obras mais «interessantes»... segundo o ponto de vista dos dignos censores.

São histórias passadas mas que convém não se esquecerem, para que não mais se repitam. Agora que temos possibilidades de ver o filme «O Mal Amado» de Fernando Matos Silva (6.ª-feira no São Pedro) aproveitemos a oportunidade e confrontemos a nossa opinião com a de Eduardo Prado Coelho (Cinéfilo n.º 32):

«De que nos fala o filme? De um jovem que é, pela família, pela amante e pela história que vive, um ser mal amado. Mas narrar um caso de desventura e pouco amor não é apenas, no filme de Fernando Matos Silva, utilizar a metáfora e fazer deste caso a imagem do homem português, frustrado de ambições, palavras e desejos, pela mediocridade reaccionária, a repressão fascista e a guerra colonial.»

Se o filme oscila muitas vezes entre a colagem e a alegoria, há nele matéria suficiente para nos permitir dizer que, se uma história de amor é uma história política e susceptível de ser proibida, é porque a repressão social e a re-

pressão sexual se articulam segundo modalidades fortemente complexas. E é isso que conduz à enorme incomodidade da cena em que Inês obriga João a vestir a farda do Exército, que pertencera ao irmão dela, morto na guerra de Angola, antes de fazer amor. Cena que só pode provocar o riso, mas cena que não tolera nenhum riso que provoque. Porque é aí, nessa ideia de «mau gosto», que a censura esbarra, ao deparar com algo que mostra a clandestina ligação entre a patologia do comportamento de «Inês» e a patologia da guerra colonial. Ou como a repressão política e a repressão moral se confirmam e acrescentam até ao ponto de distorcer pessoas e psicologias, até ao limite de transformar cada ser amado num ser (tristemente) mal amado.

Quanto ao mais, o filme de Fernando Matos Silva sabe-nos bem e sabe-nos a pouco. E disto até o seu autor sabe melhor do que nós. Sabe-nos bem porque reencontramos lá tudo o que foi o longo inverno fascista do nosso descontentamento (...) Nesse ponto, na sua desarrumação, na sua indignação desordenada, este filme de Matos Silva, feito de muitas ideias desgarradas e algumas brilhantes, que não chegam a dar o volume organizado de um filme, é qualquer coisa à nossa imagem e semelhança, que corresponde ao nosso desespero estilizado de intelectuais e pequenos-burgueses. Mas sabemos a pouco quando o vemos hoje, e sentimos que a alusão é apenas o apelo à cumplicidade e que a retórica das fintas pode aqui ou ali soar como demagogia: neste momento, face à revolução em que vivemos e mergulhamos. (...)»

ADRIANO CARDOSO

## LUSITÂNIA, 26-74

### NA IGREJA

havia pessoas que pediam coisas a Deus.

A mulher de lenço de merino queria que ele obrigasse o senhorio a fazer obras lá em casa. Pouca coisa. Só que instalasse uma bacia de retrete no cubículo das arrumações, agora que o filho estava para chegar de França com a mulher, uma estrangeira que havia de dizer nem sei o quê se fosse forçada a fazer as suas necessidades no bacio. E a namorada que pedia que afastasse a outra para que o seu amor voltasse. Quase sem dar por isso, ameaçava de envergonhá-lo: iria à bruxa se o pedido não fosse atendido. E havia o velho que procurava a cura da sua prostatite.

Tinha também a garotinha. O pai da mãe só vira então que era de olhos verdes e sardenta como uma truta. Logo pensara naquele móvel de quatro pés e uma coisa fofa chamada colchão. Ela estava de acordo, só que, antes, queria que passassem diante daquele outro que se chama altar. Contrariedade para que ele não viu alternativa.

A primeira discussão foi por causa do nome. Ela insistiu para que a menina se chamasse Sandra Patrícia e ele ia por Carla Mónica. Assim mesmo, como o velho Camilo havia baptizado de Calisto Eloi de Silos e Benévides de Barbuda um dos seus heróis. Sorte, a menina acabou por chamar-se Rosa. Azar, as discussões continuarem ao cabo de dez anos, até por causa de uma aranha subir a parede. Bastava que um dissesse que era um aranhão. Rosa tinha onze anos, um lindo nome e era infeliz. Pedia a Deus que mandasse a paz lá para casa.

E havia ainda Pereira, o merceiro, que já não sentia os joelhos. Estava ali há mais de duas horas. Rogava ao Todo-Poderoso que fizesse com que o cliente não visse o bacalhau podre que tinha fornecido e dizia-lhe que a culpa fora do marçano.

Muitos pagavam os favores com orações e esmolas e prometiam mais logo que Deus cumprisse a sua parte no negócio.

EDUARDO MATOS

## GAZETILHA

### Abstruso linguajar

Isto, é um «sumol» de poluição verbal,  
Da base à cúpula. É fundamental,  
Como factor vivaz e eficiente,  
Ver a Democracia, a pé enxuto,  
Atravessar as poldras na corrente,  
Política e economicamente,  
Para o aumento do produto bruto,  
Na génese civilizacional.  
Observe-se que, fundamentalmente,  
As soluções de base estruturadas  
São facto irreversível,  
A levantar forças inusitadas,  
— Como barreira intransponível  
Contra o erguer da Reacção latente —  
Cobra oculta, de bote imprevisível —  
Uma agressão em potencial  
Com seu sinal de perigo eminente,  
Na medida em que tende a exacerbar-se  
Por confusão verbal, e agudizar-se,  
Buscando a ultrapassagem dum impasse.  
Neste contexto, anda a intoxicação  
Pela palavra à solta, mal terrível  
Que pode ser... o «fim da macacada».  
Registe-se que a «Reaça»,  
A tal «cobra» que já vem dos fenícios  
E espreita na erva alta dos comícios...  
Faz por passar, é certo, mas não passa!  
— Basta! Chegou-se ao ponto de saturação  
Da asneira à solta, nesta «mastigada»!  
Para passar à acção,  
Reduza-se a colagem de cartazes;  
Não borrem as paredes com mais tinta;  
E a verborreia de que são capazes  
Se bem pensarem, deve ser extinta.  
Porquê, tantos discursos nos cenáculos,  
Nos plenários, nas mesas-redondas,  
Nas ruas, praças, casas de espectáculos,  
Em latifúndios, olivais ou mondas?  
Porque é que a «élite» que diz «beber do fino»  
É o clima preferido do cretino?  
— Eu oiço, leio, vejo e considero,  
Enquanto o pensamento perro empurro  
Até à conclusão que aqui verbêro:  
Corro o risco de me chamarem burro!  
— Mas entendo que ao País o que faz falta...  
É trabalhar — e dar trabalho à «malta»!

ALBERTO BARBOSA (BEKA)

## TEATRO POPULAR DE ESPINHO

### «AS BOAS FAMÍLIAS»

pelo Grupo de Teatro da Secção Cultural da A. A. E.

QUARTA-FEIRA, 19, às 21,30 h.

no

TEATRO S. PEDRO

SEMANÁRIO  
AVENÇADO

Comissão do Turismo  
ESPINHO